

Brasil adota moratória branca nos juros da dívida

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Ao contrário do estardalhaço feito em 87, quando o presidente José Sarney chegou a fazer um pronunciamento à Nação para anunciar que o Brasil estava declarando moratória, o governo não fará qualquer comunicação de não pagamento dos juros da dívida de US\$ 1,6 bilhão que vencem hoje. O Brasil passa a adotar, a partir de agora, uma moratória branca, isto é, o país finge que não precisa pagar e os credores fingem que os juros não venceram ainda, até que seja feito um acordo provisório com o FMI que permita a liberação de recursos do fundo e do Banco Mundial (Bird), além de US\$ 600 milhões dos bancos credores, para viabilizar este pagamento.

A decisão de o Brasil não liberar qualquer pagamento na data do vencimento foi comunicada aos credores na semana passada pelos dois negociadores da dívida brasileira — o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da área externa do Banco Cen-

tral, Arnim Lore — durante a reunião com o Comitê dos Bancos Credores, em Nova Iorque. Segundo Amaral, a decisão, evidentemente, não foi de agrado dos banqueiros, "mas eles entenderam que o país não teria condições de pagar sem a contrapartida dos recursos dos bancos e organismos internacionais."

Entendimento — A prova de que as instituições não chegaram a se apavorar com o não pagamento dos juros foi o fato de ontem não ter havido movimento anormal na diretoria da área externa do BC. Em outras épocas, segundo um funcionário da diretoria, os credores estariam ligando desesperadamente para saber notícias do pagamento e pressionar o Banco Central. O Brasil paga hoje, no entanto, US\$ 2 milhões de juros dos *exit-bonds* (bônus de saída), lançados no dia 31 de agosto, no valor de US\$ 1 bilhão. Além disso, o BC já liberou US\$ 17 milhões referentes aos juros e dividendos retidos desde a centralização cambial instituída no dia 30 de junho.

Os negociadores da dívida brasileira embarcam para uma nova reunião com o Comitê do Banco Credores no dia 20, quando será definida uma forma de se

pagar estes atrasados. O governo espera desembolsar pelo menos parte dos US\$ 2,3 bilhões que vencem em setembro para que o próximo governo não fique acumulado com pagamentos. Além disso, segundo fontes governamentais, um atraso muito grande na quitação destes juros aumenta ainda mais a dívida do país, já que o Brasil terá que pagar, além da libor e dos juros de 13,16% sobre o empréstimo, mais os juros de mora. As reservas cambiais, aplicadas em alguns bancos, no entanto, só recebem a remuneração da libor (taxa de juros do mercado londrino) ou até menos.

A meta do governo é deixar reservas cambiais de US\$ 7,9 bilhões para o sucessor de Sarney, o que será praticamente impossível caso o Brasil não receba os desembolsos dos credores. Para os técnicos do Ministério da Fazenda, no entanto, talvez seja preferível se reduzir um pouco o nível das reservas do que passar para o próximo presidente uma dívida ainda mais alta em função dos juros de mora. Além destes, o próximo governo já assume tendo que fazer dois desembolsos para pagamentos de juros — um em março e outro em abril.